



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
(Novo)Desenvolvimento e cidadania?			
Análise crítica ao projeto político do novodesenvolvimentismo tupiniquim no Governo Rouseff			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Mirella Rocha	Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina	ESS/UFRJ IELA/UFSC	Doutoranda Pesquisadora
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Analisamos neste artigo as implicações da agenda novo-desenvolvimentista no campo da chamada cidadania, particularmente na conjuntura Brasileira recente, durante o período do Governo Dilma Rouseff. O debate está dividido em duas partes. Introdutoriamente analisamos como a cidadania requerida aparece no PPA do Governo Dilma, sob o pano de fundo da ideologia novodesenvolvimentista em curso. Na sequência particularizamos e aprofundamos nossa análise nas principais características da tão alardeada elevação do consumo de massa na economia do país na conjuntura brasileira recente. Desse modo, pretendemos problematizar a dimensão que assume a chamada “cidadania” durante o Governo do PT afeto a uma das estratégias medulares do desenvolvimento requerido: a inserção das classes subalternas ao consumo. Em torno desse recorte temático analisamos alguns aspectos importantes presentes nesta inserção, em especial o endividamento familiar, a manutenção, com agravamentos, da política estrutural de transferência da renda do trabalho ao capital e da economia brasileira aos bancos e instituições financeiras internacionais, e o obscurecimento dos antagonismos de classe e o controle ideológico das massas operados pela cidadania assim referenciada.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Novodesenvolvimentismo; cidadania; teoria marxista da dependência			
ABSTRACT			
KEYWORDS			
EIXO TEMÁTICO			
Marxismo e América Latina			

Introdução

Esse artigo tem o propósito de refletir acerca das determinações histórico-estruturais do capitalismo dependente e as possibilidades e limites que imputa à construção da emancipação humana na América Latina, particularmente a partir das transformações políticas que inauguraram o século XXI na região. Consideramos a hipótese do *mito do desenvolvimento capitalista nacional* na nova conjuntura política latino-americana (Borón, 2011) e nos propomos a analisar as implicações da agenda novo-desenvolvimentista no campo da chamada cidadania, particularmente na conjuntura Brasileira recente, durante o período do Governo Dilma Rouseff.

Dividimos o debate em duas partes. Introdutoriamente, de forma breve, analisamos como a cidadania requerida aparece no PPA do Governo Dilma, sob o pano de fundo da ideologia *novodesenvolvimentista* em curso. Na sequência particularizamos e aprofundamos nossa análise nas principais características da tão alardeada elevação do consumo de massa na economia do país na conjuntura brasileira recente. Desse modo, pretendemos problematizar a dimensão que assume a chamada “cidadania” durante o Governo do PT afeto a uma das estratégias medulares do desenvolvimento requerido: a inserção das classes subalternas ao consumo. Em torno desse recorte temático analisamos alguns aspectos importantes presentes nesta inserção, em especial o endividamento familiar, a manutenção, com agravamentos, da política estrutural de transferência da renda do trabalho ao capital e da economia brasileira aos bancos e instituições financeiras internacionais, e o império do apassivamento e despolitização.

Não podemos, na análise deste objeto de estudo, deixar de considerar os efeitos da crise econômica internacional sobre o modelo brasileiro de expansão do consumo, sobretudo naquilo que se refere às fontes do financiamento da política creditícia no Brasil e seu resultado imediato, qual seja, o endividamento do Estado, expresso na expressiva elevação da dívida pública brasileira. Quais os efeitos de um padrão de financiamento da expansão do crédito eminentemente estrangeiro? Quais as implicações do endividamento do Estado brasileiro para o campo dos direitos sociais no país? Ensaiaresmos algumas respostas a estas questões a medida que avançarmos em nossa análise.

Poderia ser questionada qual a relação da “cidadania” com o tema do crédito no âmbito desta análise. Não se trata de uma escolha aleatória, tampouco da tentativa de construção de um modelo envolvendo estas duas “variáveis”. Expliquemo-nos, portanto.

Em 1843, Marx denunciava a compreensão unilateral da questão judaica por Bruno Bauer, ao passo que não basta analisar *quem deve emancipar?* e *quem deve ser emancipado?* Advertia assim que a crítica devia perguntar: *de que tipo de emancipação se trata?* (MARX [1843] 2010, p.

36). Pois bem, considerando tal questionamento, bem como a *igualdade fictícia* e a *universalidade irreal* na sociedade burguesa, coube-nos decifrar de qual tipo de cidadania se trata, no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, no escopo do Governo Rouseff?

Uma leitura atenta aos Planos de Governo do Partido dos Trabalhadores nos levou a analisar o consumo, considerando que no suposto projeto *novodesenvolvimentista* presente no programa de governo posto a funcionar mais azeitadamente sobretudo no segundo mandato do Governo Lula (2007-2010), a *expansão do mercado de consumo de massa* é estratégia medular e segue como ponto fundamental no Plano Mais Brasil de Dilma Rouseff (PPA 2012-2015). Tal projeto aposta no denominado *círculo virtuoso*, isto é, que a transmissão do aumento da produtividade ao poder aquisitivo das famílias gere mais consumo, mais investimentos, mais empregos e assim sucessivamente.

A característica marcante do atual ciclo de expansão, entretanto, refere-se à conjugação de crescimento econômico com melhoria na distribuição de renda e inclusão social. Assim, diferentemente de outros períodos de crescimento, em que a melhora nos indicadores sociais era vista apenas como resultado do ciclo de expansão econômica, desta vez a aceleração e a sustentabilidade do ciclo estão baseadas na melhoria das condições de vida da população. [...] *A estratégia de crescimento dos últimos anos foi orientada pela ampliação do mercado de consumo de massa*, que possibilitou o surgimento de uma nova classe média, com a inclusão de cerca de 36 milhões de pessoas no mercado consumidor. Desta forma, *operou-se, nos últimos anos, um círculo virtuoso em que a expansão de rendimentos das famílias levou à ampliação do consumo por bens e serviços*. Tais fatores estimularam a elevação dos investimentos e geraram ganhos de produtividade que, ao serem repassados aos salários, realimentam todo o processo. A expansão econômica nos últimos anos foi possível devido às políticas governamentais de transferência de renda, valorização do salário mínimo e estímulo à criação de novos postos formais de emprego. *Ademais, verificou-se uma forte expansão do crédito que, entre 2003- 2010, elevou-se de 24,6% a 46,4% do PIB. Neste sentido, destaca-se a expansão do crédito ao consumidor, especialmente voltado para aquisição de bens duráveis e habitação.* (BRASIL, PPA 2012-2015, p. 19, grifo nosso)

Desse modo, o *Plano Mais Brasil* – o qual tem como subtítulo “mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação” – privilegia “um padrão de desenvolvimento capaz de reduzir as desigualdades sociais do país”, apontando como vetores principais: manutenção do ambiente macroeconômico estável, ampliação das fontes privadas de financiamento de longo prazo, aperfeiçoamento do sistema tributário, redução das desigualdades, erradicação da pobreza extrema, elevação do investimento, ampliação da oferta e eficiência da rede de infraestrutura, aproveitamento das oportunidades do pré-sal, fomento à inovação e aprofundamento do modelo de consumo de massa para a necessária dinamização do mercado interno – esse último ponto é particularmente objeto de atenção especial em nossa análise. No bojo do projeto em tela, as “políticas promotoras de cidadania” aparecem tendo em vista a necessidade de medidas no sentido de atacar as fragilidades que poderiam impedir o correto funcionamento do supracitado *círculo virtuoso*. Começa aqui a

desnudar-se o cidadão-consumidor perquirido, ademais da miséria política no horizonte deste projeto.

O mecanismo econômico e social inscrito no plano acima, embora superficial e fiscalista, parece estar em consonância com o movimento teórico que as variáveis executam entre si. Importa, todavia, retirarmos estes elementos do jogo especulativo e colocá-los no terreno fértil e concreto da realidade social.

Pois bem. A proposta em tela trata de nos centrarmos, particularmente, sobre a evolução recente da política creditícia e seu papel no que se tem chamado de expansão do consumo no capitalismo brasileiro. Logicamente, não buscaremos aqui a mera exposição de dados e séries históricas, mas sim o diálogo entre o estudo desta evolução e a Teoria Marxista da Dependência (TMD), importante tradição crítica no estudo do subdesenvolvimento e das relações de produção assentadas na superexploração da força de trabalho. Em específico, cabe-nos avaliar se esta expansão do consumo tem colocado em xeque as conclusões fundamentais da TMD, sobretudo no que se refere à distensão entre a esfera alta e a esfera baixa do consumo. Para tal, faz-se necessária uma exposição mais detida sobre os aspectos gerais da TMD, do ciclo de acumulação de capital na economia dependente e dos limites estruturais impostos ao consumo das massas trabalhadoras pela acumulação dependente.

Dados do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro disponibilizados pelos organismos oficiais¹ e citados no Plano Mais Brasil, evidenciam que desde o primeiro governo de Lula da Silva a pobreza diminuiu, o país cresceu, a inserção dos trabalhadores no mercado formal de trabalho aumentou e uma nova classe média se formou pela expansão do consumo de massa.

O crescimento do consumo tem uma condicionante que reside na expansão do crédito. O repasse de recursos, provenientes do Tesouro Nacional ou captados do exterior via empréstimos, por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas, as possibilidades crescentes de financiamento do consumo pelas financeiras de empresas automobilísticas e mesmo a isenção fiscal do Estado pela redução do imposto em determinados setores da produção, como a de linha branca e mesmo a redução do IPI para automóveis, tem levado a um crescente aumento do consumo de eletrodomésticos e carros. Também a dimensão tomada pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, tem impulsionado o crescimento do setor da construção civil, a criação de postos de trabalho nesta área e a compra de unidades domiciliares via financiamento às famílias.

Considerando essas importantes expressões da realidade concreta, bem como o suporte analítico da TMD, sintetizamos nossas preocupações em uma pergunta inicial, que nos guiará ao redor deste artigo: a *evolução do consumo pela via da expansão do crédito e das “políticas*

¹ IPEA; PNAD-IBGE.

promotoras de cidadania” nos anos do Governo do PT tem levado à superação dos limites estruturais que a acumulação dependente imputa às classes trabalhadoras? Uma resposta positiva a esta questão, nos levaria a um tipo diferente de desenvolvimento capitalista, assentado no consumo popular, na distribuição de renda e “promoção da cidadania”. Uma resposta negativa, pelo contrário, evidenciaria o caráter efêmero desta expansão e nos permitiria, por sua vez, observar limites neste tipo de política econômica e social. Àquela pergunta inicial, se nos coloca outra, portanto. De qual das duas vias o tipo particular de desenvolvimento capitalista no Brasil nos últimos anos está mais próxima?

A Peleja entre o Cidadão-Consumidor de Massa, a Dependência e o Desenvolvimento

O caminho percorrido em direção à resposta a estas perguntas nos coloca uma questão metodológica importante. Não podemos partir da teoria, e depois traçar uma tentativa de enquadrar a realidade nela, sob constantes concessões e simplificações do real. Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira* denuncia que tal expediente se tornou prática corriqueira na análise da realidade promovida pelo marxismo colonizado pelos manuais soviéticos da década de 1950. Caio Prado se refere sobretudo ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) de seu tempo, mas não podemos negar aqui que tal vício se difundiu bastante para caracterizarmos-lo através de apenas um exemplo. O que nos importa ter em mente aqui é que a crítica devastadora de Caio Prado ao apriorismo metodológico, que partia da realidade ao fato concreto e promovia assim uma "teorização às avessas", reforçou uma tendência crítica e autônoma intelectualmente dentro do próprio partidão. Correntes contrárias a esta forma de análise (a qual conseqüentemente promovia uma ação política também desencontrada em relação à realidade) começaram a questionar postulados supremos como a presença de resquícios feudais no Brasil e a dualidade entre uma burguesia comercial ou compradora e uma burguesia nacional ou desenvolvimentista. Eram postulados básicos da análise do PCB, mas não correspondiam necessariamente a uma realidade que já era capitalista desde o momento mesmo de sua integração ao mercado mundial. Na essência de sua suposta fachada feudal, o sistema colonial cumpria uma função capitalista a medida que produzia para o mercado, em especial o mercado metropolitano. Assim, o que se identificava como resquícios feudais era justamente a forma específica com que se desenvolveu o capitalismo em nossas paragens, pela via do latifúndio, do trabalho escravo e da exportação de monoculturas. Também a suposta distinção entre uma burguesia comercial e uma burguesia nacional cai por terra quando analisamos que a sobrevivência de ambas no sistema de dominação social que engendram em nosso país depende

essencialmente de sua vinculação ao imperialismo e do acesso à tecnologia estrangeira. Historicamente, se desenvolveram sem o controle básico sobre a massa de mais-valia. Sem o domínio sobre o excedente econômico nacional, já que substancial parte do trabalho nacional era exportado em bens primários e acumulado apenas marginalmente pelas classes dominantes, fizeram-se reféns da estratégia imperialista de dominação primeiro colonial e depois industrial.

Mas não se reduziu a isso a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial. O crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação ainda mais notável de sua produtividade, que resultam do surgimento da grande indústria, levaram a que a massa de matérias-primas voltada para o processo de produção aumentasse em maior proporção. Essa função, que chegará mais tarde a sua plenitude, é também a que se revelará como a mais duradoura para a América Latina, mantendo toda sua importância mesmo depois que a divisão internacional do trabalho tenha alcançado em novo estágio. (MARINI, [1973] 2005, p. 143 - 144).

A integração da América Latina ao centro do sistema capitalista mundial veio a deslocar a base da acumulação nos países centrais da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, ao passo que "o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador" (MARINI, [1973] 2005, p. 144). A superexploração da força de trabalho é, portanto, o mecanismo utilizado pelo desenvolvimento capitalista dependente para fazer frente a esta transformação na acumulação de capital dos países centrais. Diminuindo o valor relativo da força de trabalho nestes países, já que opera com a exportação de bens mais intensivos em trabalho e permite a transferência de um valor de que não pode abrir mão o capitalismo central (para operar contra tendencialmente em relação à diminuição da taxa de lucro) a periferia do sistema requer a elevação do grau de exploração de suas classes trabalhadoras. Trata-se de um mecanismo de defesa contra a estrutura desigual das relações de produção e de troca no sistema mundial: "a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição - valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro" (MARINI, [1973] 2005, p. 156).

Este ponto, que em sua gênese histórica vai condicionar decisivamente a particularidade do desenvolvimento capitalista na América Latina e no Brasil, em especial, precisa ser melhor entendido no âmbito mesmo da definição que Ruy Mauro Marini lhe dá, para então

problematizarmos mais profundamente sobre os objetivos deste artigo. Referindo-se sobre os mecanismos descritos em nossa última citação, Marini argumentará que

a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, [1973] 2005, p. 156 - 157).

Remunerando abaixo do valor de reposição da força de trabalho, o que somente é possível diante de uma verdadeira economia política da submissão completa do trabalho ao capital, com controle sobre o sindicalismo, política salarial de coerção e repressão de Estado contra a organização trabalhista, o capitalismo brasileiro vê separadas as esferas de produção de capital e de circulação de capital, dado que pelos mecanismos desenvolvidos pela economia colonial e reforçados pela economia industrial ele realiza esta mais-valia extraída através da economia exportadora. Em outras palavras, o capitalismo brasileiro não requer o consumo de suas classes trabalhadoras para se desenvolver. Este ponto é essencial para o entendimento de nosso marco teórico e metodológico e para avaliarmos o tema que nos propomos aqui: a problematização da expansão do consumo de massas no desenvolvimento capitalista brasileiro recente. Pois bem, diferentemente de como ocorre nos países centrais, em nosso continente e em nosso país a figura social do trabalhador não se assemelha ou se identifica com a figura social do consumidor.

Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (MARINI, [1973]2005, p. 164).

Não se opera somente esta cisão entre a produção e a realização de mais-valia no capitalismo dependente, mas também uma outra, fruto desta e de maior importância no que se refere aos objetivos deste trabalho. Derivada da primeira cisão, mas assumindo uma importância estrutural ainda maior com a economia industrial e a reprodução sobre novas bases da economia exportadora, a cisão entre a esfera baixa e a esfera alta de consumo evidencia que, no capitalismo brasileiro, a enorme desigualdade de renda gera também enormes disparidades em termos de acesso ao consumo e satisfação de necessidades básicas. Ainda, a industrialização decorrente sobretudo após a crise dos

anos 1930 convive muito bem com estas contradições, as aprofundando, inclusive. Por isso o qualificativo "dependente" conferido a esta industrialização, e sua profunda diferença em relação à industrialização clássica que caracteriza o desenvolvimento capitalista dos países centrais.

Partindo então do modo de circulação que caracteriza a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical. (MARINI, [1973] 2005, p. 171).

Neste ponto precisamos nos deter mais atentamente. A economia dependente não vê alteradas de forma estrutural suas principais características quando da industrialização. Desenvolvendo-se esta em uma economia cindida entre a produção e a circulação de mais-valia, ela cria sua própria esfera de circulação, também cindida entre uma parte a que corresponde o consumo das classes dominantes - um consumo suntuário, relativamente dependente da produção industrial e muito ligada à importação de bens de consumo estrangeiros - e uma a que corresponde o consumo das classes trabalhadoras - como expõe Marini, os bens industriais "não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular" (MARINI, [1973] 2005, p. 172). Esta separação é um dos dois eixos fundamentais de nosso trabalho, e cabe-nos agora avançar em algumas problematizações necessárias.

A elevação do consumo popular nos anos do Governo do PT é um traço da economia brasileira recente que não podemos negar ou ocultar. Dada, sobretudo, pela via da elevação do crédito, este consumo crescente incorporou ao mercado de consumo de bens duráveis frações significativas da sociedade brasileira. O movimento de incorporação ao consumo ampara-se em números tão grandiosos que fez reascender a velha crença no poder da classe C, da classe média brasileira. Mas haverá, dentro do capitalismo dependente, espaço para os estratos mais subalternos da classe trabalhadora? O crescimento deste consumo é de fato sustentável ou responde mais a uma exigência do capital industrial em decorrência de uma crise no capitalismo mundial? Ou seja, estaria a crise capitalista atual restringindo a possibilidade de realização da massa de mais-valia nacional presente em nossas exportações e direcionando o sistema até uma aproximação da esfera de circulação à esfera de produção? Como temos visto, muitas perguntas se nos somam, além das já feitas ao fim da introdução deste artigo. Para aproximarmos-nos das respostas, é preciso entender melhor a natureza do objeto de nosso estudo, e perceber as principais características de sua expansão.

O crédito é uma categoria fundamental dentro do modo de produção capitalista. Aos capitalistas, permite a utilização facilitada de uma parcela da mais-valia nacional, que será empregada em vias de elevar a capacidade produtiva da indústria, e se ter acesso a um contingente superior, acrescido, de lucro. Este mecanismo básico ganha ainda mais importância em um momento de crise do capital. Henrik Grossmann, em seu livro *La Ley de la Acumulación e del Derrumbe de lo Sistema Capitalista*, escreve, no calor da crise capitalista de 1929, que o crédito tem função contra tendencial à queda da taxa de lucros, e tem sido utilizado pelo modo de produção capitalista como mecanismo de postergação de uma crise terminal do capital. O que precisamos reter por momento é que, já nas origens de sua teorização, o crédito aparece como mecanismo contra tendencial, e foi justamente esta a função que cumpriu na crise da década de 1930 quando, derivado do aumento do déficit norte-americano, permitiu a manutenção de níveis mínimos de produção, emprego e renda.

Aqui fazemos um paralelo da função do crédito com a política social. Como sabemos, o Estado Capitalista é uma garantia de manutenção das condições gerais da produção e reprodução do capital, isto é, da acumulação capitalista. Suas funções inclui assumir os investimentos não rentáveis para o capital e também os investimentos que demandam recursos que superam a disponibilidade dos capitalistas, transformar os recursos públicos em meios de favorecer e estimular o capital, criar a infra-estrutura necessária para os investimentos e a circulação do capital, estabelecer facilidades políticas e jurídicas e gerir mecanismos de reprodução da força de trabalho. No livro *Teoria da Acumulação Capitalista*, Mario Cogoy e Paul Sweezy defendem que essa intervenção do Estado não constitui senão um dos processos próprios para retardar a queda da taxa de lucro. Cabe citar também a interpretação keynesiana, segundo a qual a política social teria somente como função econômica subsidiar o consumo, ou o subconsumo, para estimular a demanda efetiva das camadas excluídas do mercado, ou de produtos específicos, politicamente selecionados.

Todavia, este funcionamento, definido em termos gerais, não pode nos limitar de descrever a dinâmica do crédito ou da política social em um caso específico, como o brasileiro de nossos dias. Como teorizar sobre a função específica que o crédito – sob o pretexto de promover o desenvolvimento e a cidadania no país – cumprem em uma economia dependente?

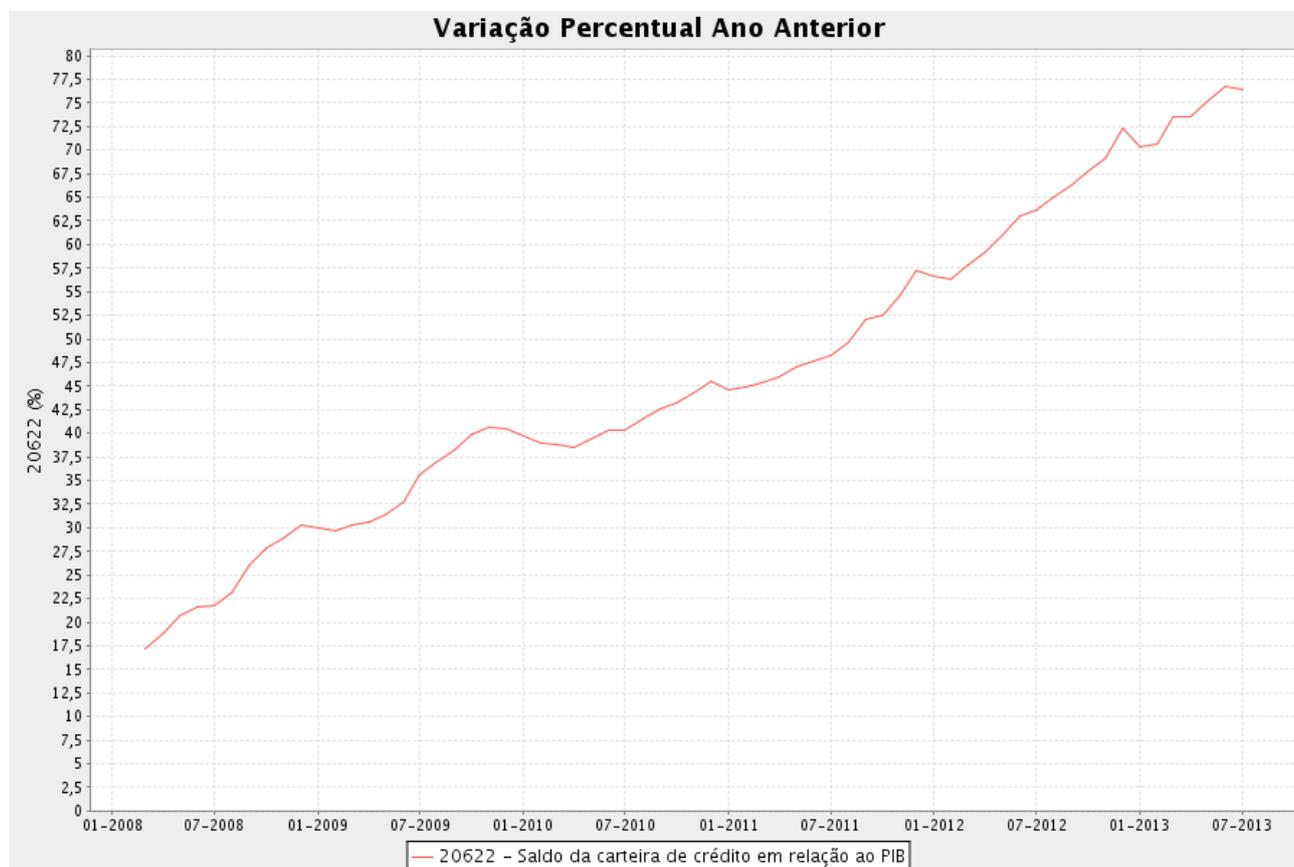
Mais do que certezas iniciais, temos aqui a preocupação de definir esse tema dentro de um marco analítico que nos permita conclusões aproximadas dos fatos concretos, tendo em vista não reproduzir àquela velha prática denunciada por Caio Prado Jr. e descrita no início desta seção.

Partimos, portanto, aos dados da realidade concreta.

No que se refere ao movimento do crédito, importa ressaltar que a liberação de crédito no sistema financeiro nacional tem experimentado uma expansão consistente desde Janeiro de 2003. Em termos absolutos, totais, o Governo Lula parte, neste referido mês, de um total de R\$384,5

milhões liberados. Em seu último mês de governo, Dezembro de 2010, o total liberado foi de R\$1,705 bilhões. Tal sistemática de ampliação seguiu no Governo Rouseff. De acordo com dados do Banco Central do Brasil (2013) o estoque total das operações de crédito do sistema financeiro, alcançou R\$2.030 bilhões em dezembro de 2011, avançando 19% no ano, após elevações de 15,2% em 2009 e 20,6% em 2010. Em consequência, a relação crédito/Produto Interno Bruto (PIB) atingiu 55% em julho de 2013, ante 51% em 2012, 42,3% em 2009 e 32,3 em 2007. O Gráfico 1 ilustra esses dados como variação do percentual do ano anterior:

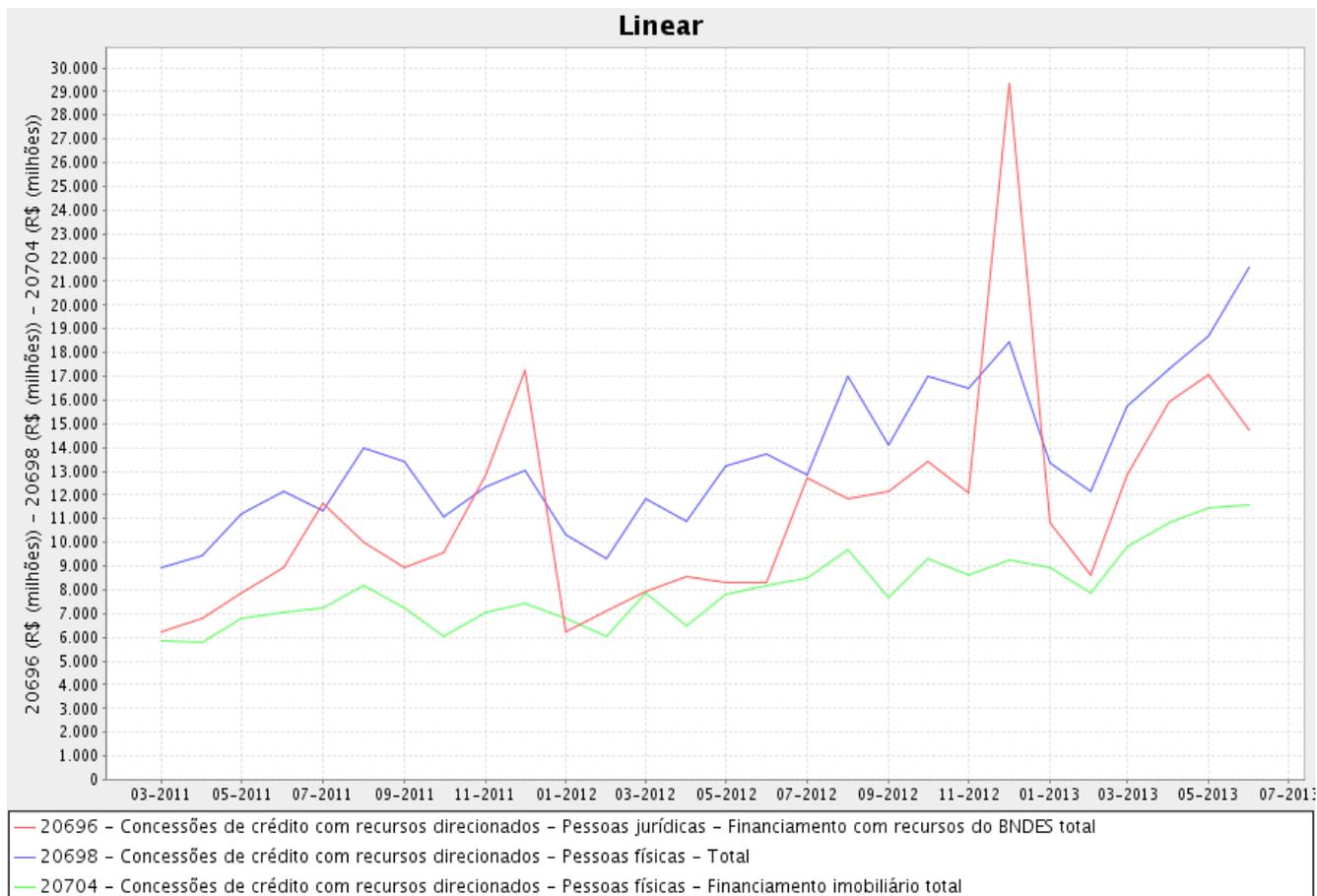
**Gráfico I – Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB
Variação percentual ano anterior (2007 – 2013).**



Fonte: Sistema Gerenciador de Séries Temporais/Banco Central do Brasil, 2013.

Estes números absolutos, no entanto, precisam ser decompostos minimamente, para percebermos qual setor da atividade econômica tem se beneficiado mais desta política de expansão do crédito. No gráfico abaixo, podemos perceber a evolução recente das operações de crédito ao setor privado (crédito voltado para pessoas jurídicas com aporte do BNDES), às pessoas físicas e de crédito habitacional.

Gráfico II – Concessão de crédito por atividade econômica (2011 – 2013).



Fonte: Sistema Gerenciador de Séries Temporais/Banco Central do Brasil, 2013.

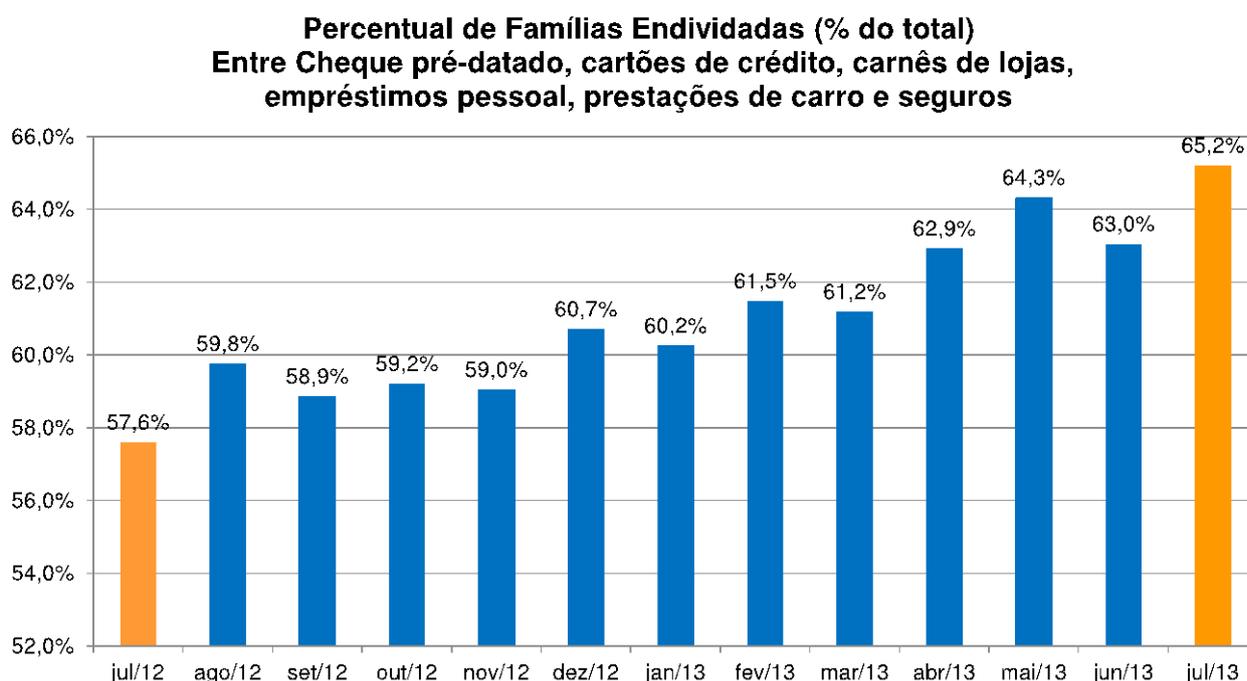
Apesar do salto da expansão de crédito no final dos anos 2011 e 2012 ao setor privado, com aportes de recursos do BNDES, evidencia-se a contínua expansão do crédito à pessoas físicas – a qual apesar da queda no final do ano passado (2012), retomou o crescimento e segue em ascensão desde fevereiro do corrente ano (2013).

Segundo dados do Banco Central do Brasil, a expansão do crédito à pessoas físicas somou um crescimento relativo maior que o crescimento relativo da expansão total dos créditos (536% para os créditos a pessoas físicas e 343,4% para os créditos totais) no período compreendido entre 2003 e 2010, sendo tal expansão o ponto central que motiva e condiciona a propalada expansão do consumo popular durante o Governo do PT. (BCB, 2011)

Deteremo-nos sobre este dado. O mecanismo responsável pela expansão do consumo durante os anos correspondentes ao Governo do PT na conjuntura do desenvolvimento capitalista brasileiro recente, tem uma consequência que não pode ser ignorada: trata-se do endividamento, tanto das famílias brasileiras quanto do Estado.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realiza mensalmente, desde Dezembro de 2009, a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidos (PEIC Nacional). Nos documentos desta pesquisa, percebe-se claramente a preocupação com o fato de a expansão do crédito estar levando também a uma expansão do endividamento familiar. O gráfico abaixo, disponibilizado no Relatório da PEIC Nacional divulgada em Julho do corrente ano, expressa o aumento do número de famílias endividadas no último período.

Gráfico III – Endividamento Familiar



Fonte: Relatório da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Divisão Econômica, sobre o Endividamento Familiar, Julho/2013.

O gráfico evidencia que o percentual de famílias que possuem dívidas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro alcançou 65,2% em julho, elevando-se em relação ao mês anterior, e também em comparação com o percentual do mesmo mês no ano passado, o qual ficou em 57,6%. Ademais, do total das famílias endividadas em julho de 2013, 7,4% não têm qualquer condição de pagar suas dívidas. A mesma PEIC/Julho-2013 revela ainda que 66,4% das famílias brasileiras endividadas estão em um intervalo de renda compreendido até 10 salários mínimos, ou seja, as famílias

pertencentes aos estratos mais subalternos da classe trabalhadora são também aquelas que têm sido as maiores vítimas do crédito fácil, mas pelo qual muitas vezes não podem pagar.

Essa pesquisa indica também que este processo de endividamento das famílias brasileiras tem como principais causas: i) Gastos com cartão de crédito – 75,2%; ii) Compras em carnês – 17,9%; iii) Financiamento de carro – 12,1%; iv) Crédito pessoal– 10,5%; v) Financiamento de casa – 5,9%; vi) Cheque especial – 5,8%; vii) Crédito consignado – 5,3%. (PEIC/Julho-2013)

Além do total de famílias endividadas e da dificuldade crescente do sistema de crédito nacional reproduzir-se nestas condições, a parcela da renda familiar comprometida pelas dívidas também impressiona: um percentual de 29,2% da renda das famílias está comprometido com pagamento de dívidas, sendo que 20,9% das famílias com renda até 10 salários mínimos afirmaram ter mais da metade de sua renda comprometida pelas dívidas.

Arriscaríamos dizer, diante desse quadro, que não parece ser coincidência que uma marca das manifestações que varreram o país no último período – as *Jornadas de Junho* – seja um amontoado de vidraças de bancos destruídas: em nossa hipótese há uma relação direta entre a expansão do crédito à pessoa física, o endividamento das famílias e, contraditoriamente, o enredado estrutural que remete à piora das condições de vida dos extratos mais subalternos da classe trabalhadora no Brasil.

Avancemos em nossa argumentação. A inflação – a qual, segundo análise de Marini (2012, [1969] p. 89), “é normalmente um mecanismo através do qual as classes dominantes de uma sociedade procuram melhorar sua participação no montante de riqueza produzido” – vem aumentando nesse ano de 2013 com consequências sobre o poder de compra dos salários. Em matéria do Jornal “O Globo” de 23 de agosto do corrente ano, a qual aborda a piora do mercado de trabalho, Nice de Paula sentencia que a perda de fôlego da economia começa a aparecer na renda do trabalhador. Segundo a reportagem baseada em dados do INPC e IBGE o rendimento médio do trabalhador brasileiro encolheu 0,9% em julho, a quinta queda mensal seguida; “(...) O ruim é a renda média, que vem caindo mês a mês por causa de um mercado de trabalho que já não está mais excepcional. O mais importante para o trabalhador agora é manter o emprego, mesmo que isso custe um salario comido pela inflação ou que ele entre com um salario inicial mais baixo” (O GLOBO, 23 de agosto de 2013).

É evidente que a fórmula de expansão do crédito como tentativa de conter os efeitos da crise financeira mundial de 2008, quando da sua manifestação mais aguda, utilizada pelo Governo do PT está dando sinais de esgotamento. Esta política – que consiste em ampliar o acesso ao crédito como "política anticíclica", promover um incentivo ao aumento do consumo pela via do financiamento deste nas classes populares e pela via também da isenção de impostos sobre produtos da chamada linha branca, além de redução de IPI e outros impostos, o que foi decisivo no aumento do número

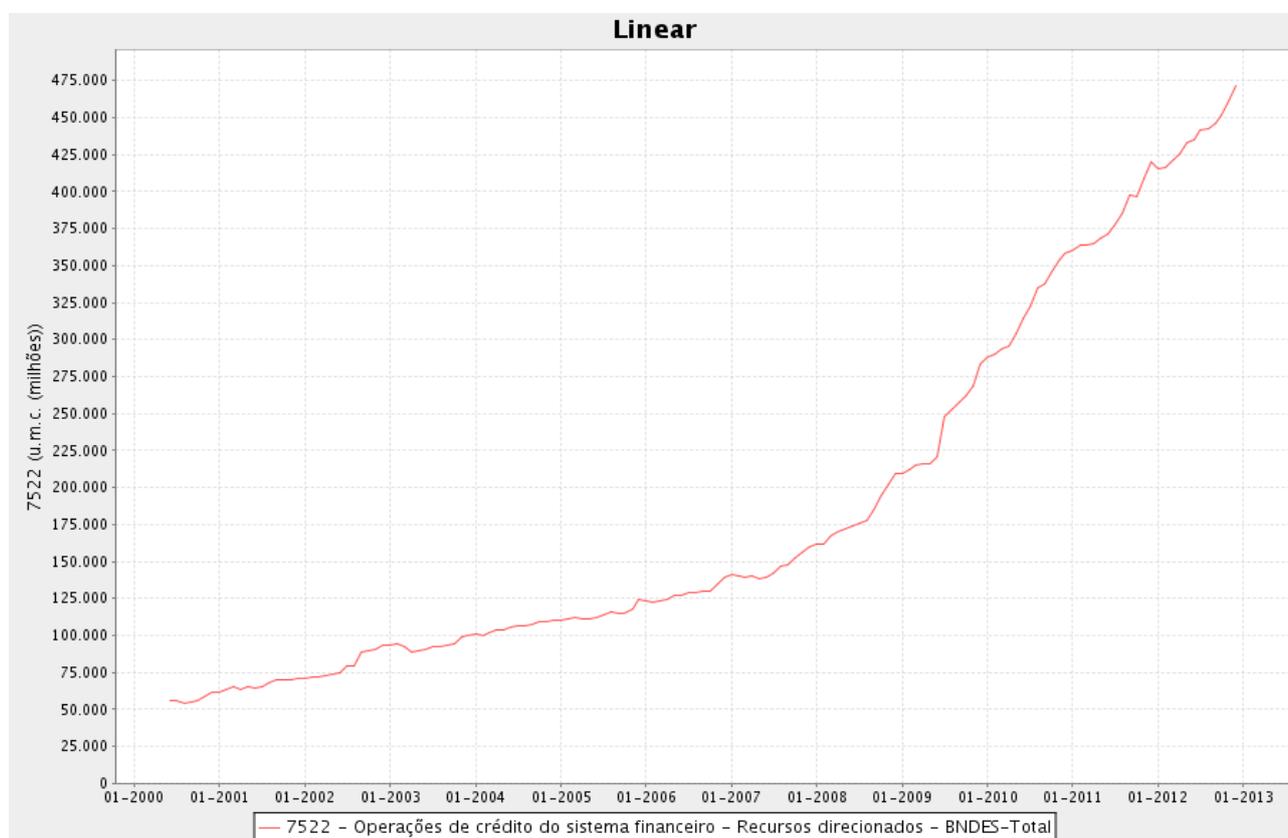
de vendas de automóveis – vem sendo considerada pelos ideólogos do Governo como bem-sucedida, mas tal só é possível de ser dito se o crédito for visto em isolamento do endividamento das famílias. Ora, a integração dos estratos mais subalternos da classe trabalhadora ao consumo, isto é, a aproximação entre a esfera alta e a esfera baixa de consumo, somente tem sido possível com um brutal processo de endividamento das famílias brasileiras. Processo este que tem comprometido grande parte da renda destas famílias e, pela impossibilidade de parte delas em quitar suas dívidas, certamente levará a um também brutal processo de transferência de renda destas famílias aos bancos de financiamento e crédito. O cenário futuro nos parecerá ainda mais dramático se, além do endividamento das famílias e o conseqüente aumento da transferência de valor do trabalho para o capital, observamos o endividamento do próprio Estado brasileiro.

A expansão do crédito na economia brasileira passa necessariamente pela grande ampliação da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A ampliação do BNDES, de fato, tem motivado um sem número de análises e estudos, e está no centro da volta do ideário desenvolvimentista e de uma "nova" função do Estado na acumulação de capital no Brasil. Os recursos crescentes com que conta o BNDES para suas atividades de liberação de crédito e de financiamento já não se restringem aos limites da economia brasileira. O trabalho do professor Mathias Luce *O Subimperialismo revisitado: a expansão do capitalismo brasileiro e a política de integração do governo Lula da Silva na América Latina* mostra com grande riqueza teórica e metodológica e imprescindível dose de crítica a expansão do BNDES no projeto subimperialista brasileiro em outros países. Na Bolívia, por exemplo, há empréstimos do BNDES para a garantia das terras dos latifundiários brasileiros naquele país em processo de profunda reforma agrária. No Equador, há também, como atesta o trabalho de Luce, créditos liberados pelo BNDES para empreiteiras brasileiras em obras de infraestrutura. No que se refere à expansão de empresas brasileiras na Argentina, o BNDES foi o principal responsável pelo enorme crescimento da JBS FRIBOI, hoje líder mundial de processamento de proteína animal. Liberando em 2005 U\$80 milhões, possibilitou, financiando a internacionalização da empresa, a aquisição do grupo argentino Swift Armour. Três anos depois, liberou à mesma JBS FRIBOI mais R\$1,1 bilhão, para a capitalização do grupo recém-adquirido, através de compra de ações pela própria BNDESPAR. O mercado argentino hoje está dominado pelo grupo JBS FRIBOI, que se constituiu, neste curto intervalo de tempo, como "o maior exportador de carne bovina" (LUCE, 2007, p. 19) da Argentina. Vê-se, com apenas estes três exemplo, o papel decisivo que o BNDES tem cumprido na liberação de créditos às grandes empresas brasileiras, impulsionando sua atividade subimperialista não apenas nos países vizinhos, mas também em países da África e da Ásia.

Nos três casos supracitados, a expansão das empresas via crédito do BNDES somente foi possível com a reforma do Estatuto do BNDES em 2007. A principal novidade do novo Estatuto foi

a possibilidade legal do BNDES, através do BNDES Participações (BNDESPAR) liberar recursos para empresas brasileiras em atividades no exterior. O crescimento dos recursos disponíveis para o BNDES se expressa inequivocamente na ampliação de suas atividades de liberação de crédito. Entre Janeiro de 2003 e Dezembro de 2012, as operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional com recursos direcionados pelo BNDES cresceram 402%, conforme podemos visualizar no gráfico abaixo. Uma parte destes recursos provém de repasse do Tesouro Nacional; outra é captada através de empréstimos estrangeiros.

Gráfico IV – Evolução das operações de liberação de crédito pelo BNDES (2000 – 2012).



Fonte: Sistema Gerenciador de Séries Temporais/Banco Central do Brasil, 2013.

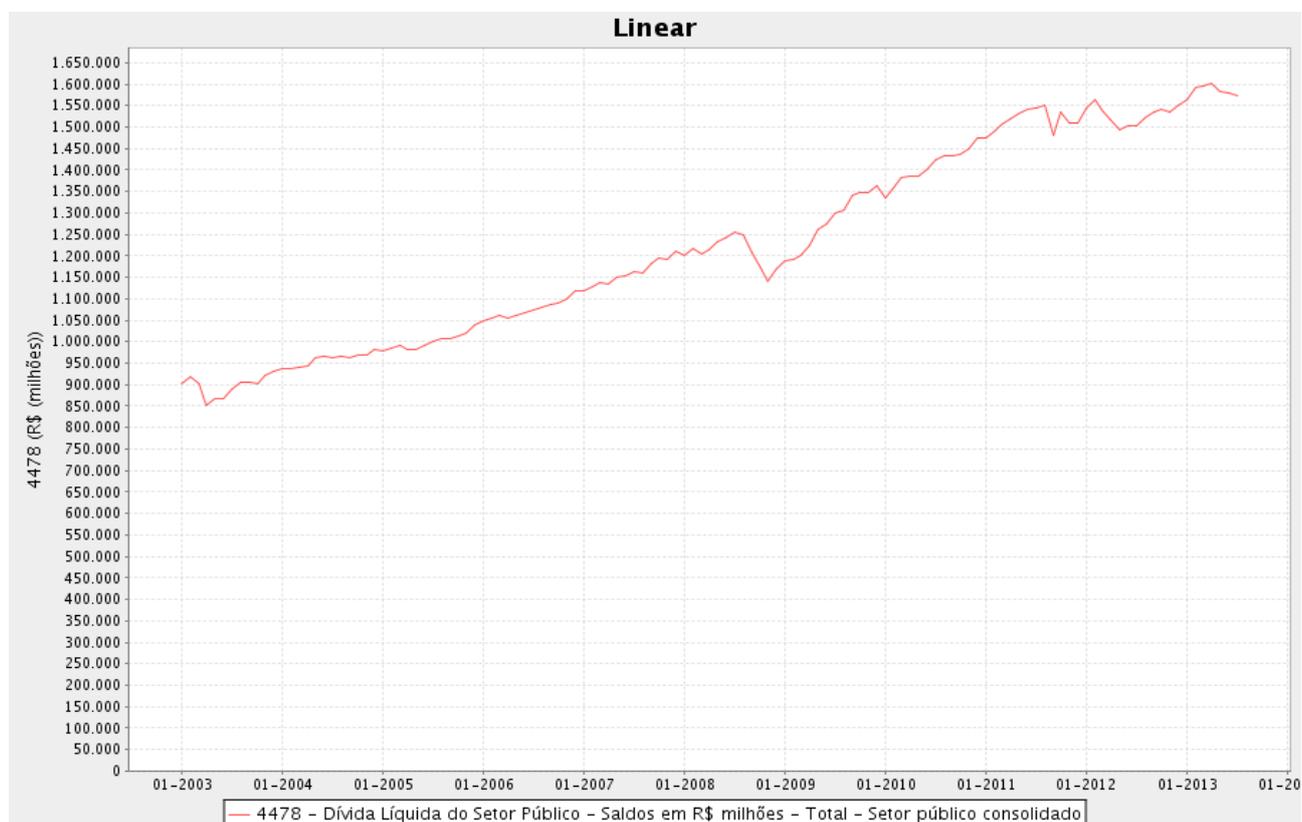
As atividades do BNDES, puxadas pelo aumento da liberação de crédito vista acima, têm levado o banco a atingir recordes de lucro. Em 2012, por exemplo, o lucro líquido da instituição totalizou R\$8,2 bilhões. Segundo notícia divulgada no sítio do banco, no início de 2013:

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou lucro líquido de R\$ 8,2 bilhões no exercício de 2012, ano marcado pela instabilidade dos mercados financeiros e pelo fraco desempenho das Bolsas de Valores. A maior contribuição para o lucro foi dada pelos resultados com financiamentos a investimentos. [...] O desempenho positivo foi composto, basicamente, pelo resultado das operações de crédito e repasse (renda fixa), que somou R\$ 9,5 bilhões. O valor representa um crescimento de 26% em relação ao

exercício de 2011. Esse resultado, em um cenário de redução de taxas promovida pelo BNDES em 2012, evidencia a boa gestão da carteira e está em linha com os esforços do governo para estimular o investimento produtivo e as novas condições do mercado de crédito, mais amplo e competitivo. (BNDES, 2013)

Os lucros recordes, no entanto, não podem esconder algo que é essencial para o entendimento da relação entre expansão do crédito e aumento do endividamento público no Brasil. São crescentes as captações de recursos no exterior executadas pelo BNDES. Sabemos que, histórica e estruturalmente, o padrão de financiamento da economia brasileira é muito dependente de fontes externas de recursos. Os empréstimos, repasses e "ajudas" externas formam um verdadeiro motor de drenagem do excedente econômico brasileiro. Operando sob altíssimas taxas de juros, e remunerando como poucos países o capital estrangeiro, a aplicação financeira no Brasil continua sendo um negócio bastante vantajoso para os bancos e agências financeiras internacionais. Logicamente, a aplicação destes recursos exige uma remuneração à altura da taxa de juros vigente. O crescimento da dívida líquida do Setor Público atesta para esta contradição entre o crédito em expansão e o padrão dependente do financiamento na economia brasileira. No primeiro ano do Governo do PT, a dívida totalizava R\$900 milhões. Em julho de 2013 alcançou, segundo levantamento do Banco Central do Brasil, R\$1,574 trilhão. O crescimento do endividamento do Setor Público no Brasil pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico V – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público (2003 – 2013).



Portanto, se mesmo sob estas condições a liberação de crédito oferece ao BNDES possibilidades recordes de lucro, para o capital estrangeiro o cenário é ainda mais vantajoso, amparado que está no acesso a um mercado em expansão, no acordo com um Estado dócil a seus interesses e com taxas de juros reais altíssimas. É exatamente por isso que abundam fontes de crédito à economia brasileira, sobretudo em tempos de crise na valorização do capital nos países de centro. O resultado desse processo só pode significar, nos termos de nossa economia dependente, uma saída futura de recursos ainda maior, dada a remuneração extraordinária que nossa economia oferece, via superexploração da força de trabalho, ao capital estrangeiro.

Feita esta aproximação crítica com o movimento contraditório da realidade concreta podemos retomar a questão que fizemos na introdução desse artigo, parafraseando Marx: *de qual tipo de cidadania se trata, no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, no escopo do Governo Rouseff?* As análises tecidas até aqui nos revelam a dimensão que assume a chamada “cidadania” no âmbito do desenvolvimento capitalista brasileiro recente: trata-se da primazia do fomento ao cidadão-consumidor, ou seja, da inserção da classe trabalhadora superexplorada ao mercado de consumo de massa por meio da expansão contraditória do crédito, a qual tem como consequência o endividamento familiar e do Estado, em um enredado estrutural que acarreta no aumento da transferência de valor do trabalho ao capital, na direção do necessário incremento aos lucros do capital em tempos de crise. O Plano de Governo é ilustrativo, quando referencia a centralidade do cidadão-consumidor neste projeto:

A falta de acesso de parcela significativa dos cidadãos aos serviços e produtos disponibilizados pelo sistema financeiro nacional constitui-se em limite à melhoria de vida das pessoas. *A fim de promover a cidadania e a inclusão social, é fundamental viabilizar a universalização do acesso a esses produtos e serviços, em especial abertura de contas e concessão de crédito, por meio das instituições financeiras oficiais.* (BRASIL, PPA 2012-2015, p. 266, grifo nosso)

Ficam evidentes os termos do propalado “padrão de desenvolvimento capaz de reduzir as desigualdades sociais do país”: uma abstrata cidadania relacionada com a redução da pobreza extrema, pelo incremento dos programas de transferência de renda e inserção superexplorada dos estratos mais subalternos da classe trabalhadora no mercado de trabalho; e com a ampliação do mercado de consumo de massa – que acarretarão maior transferência de valor do trabalho ao capital, pelos mecanismos contraditórios da acumulação capitalista dependente, anteriormente analisados.

Um programa que se propõe *novo* e *socialdesenvolvimentista* – segundo proclamam os analistas do governo – mas cujos pilares repousam sobre a “manutenção do ambiente macroeconômico estável” e a “ampliação das fontes privadas de financiamento de longo prazo”,

sem questionar os fundamentos da dependência e sem reivindicar as reformas estruturais – elementos que compunham a receita do *velhodesenvolvimentismo*, ao que parece requeitada na atual conjuntura apenas em seu conteúdo político-ideológico.

A universalização dos direitos de seguridade social, que aparece como desafio tímido no Plano, acaba hipotecada a lógica macroeconômica e presa as impossibilidades estruturais: sabe-se que a partir da dependência gerada e reproduzida nos marcos do capitalismo maduro em escala internacional, sua tendência é a concentração e centralização dos excedentes que resultam da acumulação interna nos centros dinâmicos do sistema mundial. Marini analisa:

De fato, em contraste com o que ocorre nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está subordinada à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação, de modo que, mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação, e se traduz em rendas que se aplicam, em sua maior parte, nas importações. A diferença entre o valor das exportações e das importações, ou seja, o excedente passível de ser investido, sofre, portanto, a ação direta de fatores externos à economia nacional. (MARINI, 2012 [1969], p. 50-51)

Na conjuntura atual, considerando o superendividamento do Estado, anteriormente referenciado, a tendência à drenagem do excedente das economias dependentes analisada por Marini (2012 [1969]) deve agudizar-se, convertendo a universalização dos direitos da seguridade social em letra morta.

Temos observado que eventuais ganhos no campo dos direitos e políticas sociais além de requisitarem intensas mobilizações e pressões populares, traduzem-se em ganhos parciais, posto que “as novas carnes são comidas com velhos garfos”², isto é, as medidas encaminhadas – que tampouco são tão novas assim – preservam as velhas formas e conteúdos, tal como ocorreu com a questão do transporte coletivo após as *Jornadas de Junho*: as tarifas retornaram aos preços que já eram abusivos antes do aumento e a lógica da concessão privada e serviços prestados com péssima qualidade continua mais vigorosa do que nunca.

Ao que tudo indica, a histórica impotência do Estado brasileiro e latino-americano, expressa pela submissão aos interesses da acumulação de capital em escala mundial, aliada aos que se beneficiam da intensa expropriação da riqueza social pelo mecanismo do endividamento público, segue intacta, revelando a reprodução e o aprofundamento da dependência no tempo presente.

Nos termos analisados, nos parece que a “promoção da cidadania e da igualdade de oportunidades” consolida-se meramente como o necessário reforço de uma identidade positiva, pois a execução de programas pontuais, com forte inserção do setor privado nos direitos e serviços essenciais, e a focalização direcionada à extrema pobreza, em consonância com o projeto

² Do poema “As novas eras” de Bertold Brecht.

econômico em curso, configura-se como necessário “[...] à constituição de valores e símbolos que condicionam a lealdade moral e a lealdade política de todos os indivíduos, especialmente dos trabalhadores, assim integrados à ordem social” (ABREU, 2008, p. 306).

Sabemos que o desenvolvimento do capital como relação social fundante da sociedade burguesa possibilitou a construção ideológica da cidadania e da igualdade como valores positivos e como norma jurídica e visão hegemônica, em uma base material cujo princípio é a apropriação privada do trabalho alheio, a desigualdade e a opressão de classe. O horizonte dos direitos, das conquistas sociais – fruto da luta política dos trabalhadores – todavia, não pode ser compreendido como genuinamente liberal, pois a forma de seu exercício na modernidade e as circunstâncias históricas de sua materialização é que são, sobre a base material capitalista, burguesas e liberais.

Porém, assim como a dependência resulta em uma particularidade da reprodução do capital que acentua até os limites as contradições da acumulação capitalista, nos parece que no estágio atual da acumulação capitalista dependente no Brasil também são acentuadas até o limite *as formas alienantes em compasso com as condições históricas* da “cidadania”, da “igualdade de oportunidades”, da “redução da pobreza extrema” e do “desenvolvimento” – levando-as a operar articuladamente como *mais-valia ideológica* (SILVA, 2013), como ferramenta fundamental do controle ideológico das majorias e do apassivamento da lutas de classes.

Essas contradições impõem importantes desafios teórico-analíticos e políticos. No debate com Bruno Bauer, Marx (1843) sinalizava que na sociedade burguesa a emancipação política não estaria isenta de contradições, “porque a emancipação política ainda não constitui o modo já efetuado, isento de contradições, da emancipação humana” (MARX [1843] 2010, p. 38). A emancipação humana está no horizonte da superação do capital. Temos ainda um bocado de trabalho a fazer, portanto.

Conclusões

No desenvolvimento desse artigo, nossas análises procuraram atentar para o risco da “teorização às avessas”, da transposição mecânica de modelos pensados para realidades distintas, através da contribuição por meio de apontamentos analíticos que procuraram respeitar o movimento contraditório que opera a cidadania requerida pela via da inserção das classes populares ao consumo nas economias dependentes, particularmente na sociedade brasileira, no período correspondente ao Governo Rouseff –, também no intuito de contribuir com uma análise crítica sobre o projeto de desenvolvimento capitalista do Brasil no século XXI.

É chegado o momento de inferir algumas considerações conclusivas sobre o exposto até aqui, de modo a nos aproximar de uma resposta à pergunta formulada ao início deste artigo.

Por um lado, a expansão do crédito tem sido conduzida sob um intenso endividamento familiar, que se concentra nos estratos de renda que mais receberam créditos para pessoa física. A elevação do consumo daí resultante se deparará, inevitavelmente, com limites, dado que a dívida destas famílias tem comprometido em parte considerável a sua renda mensal. Paralelamente, este endividamento já dá sinais de inviabilização no crescimento de setores importantes na manutenção da política de desenvolvimento vigente. De forma análoga à crise norte-americana, originada no setor imobiliário e sob endividamento familiar inclusive inferior ao brasileiro, uma desaceleração do crédito habitacional e do crédito para compra de automóveis tenderá a se estender a outros setores da economia brasileira. Já no orçamento aprovado para o ano de 2013, observa-se corte nos gastos governamentais na ordem de R\$10 bilhões, conforme Decreto publicado em 30 de Julho do corrente ano, cujo objetivo é cumprir a meta do superávit primário, para o pagamento dos juros da dívida pública. Percebe-se que o grito das ruas redundou tampouco em um reformismo tímido, posto que “segue tudo como dantes no quartel de Abrantes”.

Por outro lado, a expansão do crédito tem se dado com manutenção e mesmo agravamento do padrão dependente do financiamento da economia brasileira. As constantes captações de recursos no exterior, em que o BNDES e mesmo bancos privados nacionais aparecem frequentemente, levam a um aumento das obrigações financeiras no sentido de pagamento dos encargos e serviços destes empréstimos. A dívida líquida do Setor Público brasileira se eleva consideravelmente nos últimos dez anos, colocando em xeque as possibilidades futuras de pagamento do serviço destas dívidas e tendendo a reduzir constantemente o prazo de pagamento destes empréstimos.

Voltemos à pergunta inicial.

A evolução do consumo pela via da expansão do crédito e da política social nos anos do Governo Lula tem levado à superação dos limites estruturais que a acumulação dependente imputa às classes trabalhadoras?

No que se refere ao consumo, a expansão do crédito tem criado verdadeira bolha financeira no endividamento das famílias. Muitas linhas de crédito aberto serão inevitavelmente fechadas pela impossibilidade mesma do pagamento. Este endividamento reforçará, sem embargo, o movimento de transferência de renda das famílias endividadas aos bancos e mesmo ao Estado. Pelo endividamento do próprio Estado, se reforçará também o movimento de transferência de renda da economia brasileira aos grandes bancos e instituições financeiras e creditícias internacionais. A um primeiro momento, sob um olhar desavisado e sem o aporte teórico-metodológico da teoria marxista da dependência, poderíamos cair na armadilha analítica de nos determos somente no aumento do

consumo, e proclamarmos a aproximação entre a esfera alta e a esfera baixa de consumo. O resultado seria um questionamento fundamental ao marco teórico da teoria marxista da dependência. Mas a simples integração ao consumo esconde um complexo sistema de endividamento das famílias e do Estado brasileiro, de agravamento da dependência financeira e creditícia brasileira, e de intensificação da transferência de renda dos que consomem (classe trabalhadora) aos que produzem (capitalistas), dos que captam recursos no exterior (setor público brasileiro e empresas nacionais) aos que ofertam estes recursos (grandes bancos e agências financiadoras internacionais, sediadas nos países centrais).

Não podemos, portanto, responder à pergunta de outra maneira que não negativamente. A expansão do crédito está reforçando as estruturas do capitalismo dependente, e, ao transferir renda do trabalho ao capital, intensifica a superexploração da força de trabalho. Nem mesmo a estratégia subimperialista do Brasil na América Latina tem sido capaz de superar esta estrutura, e não por outra razão que ela é definida em termos subalternos, ou seja, de um imperialismo também dependente do capital dos países centrais, vide a atuação do BNDES, que compactua sua estratégia de exportação de capitais com a captação de recursos no exterior, nutrindo uma relação de cooperação antagonica com o imperialismo dos países centrais.

O estudo da dependência financeira e creditícia do capitalismo brasileiro leva-nos a um tema que deverá merecer, nos próximos anos, especial atenção daqueles que se debruçam sobre a análise socioeconômica brasileira e latino-americana. A entrada do Brasil na rota dos grandes eventos esportivos internacionais impulsiona gastos vultosos por parte do Governo brasileiro, muito mais responsável pelas construções e ampliações de estádios, aeroportos, estradas, portos e, em alguns casos, até mesmo cidades ou bairros inteiros, do que as empresas privadas. E mesmo no caso das empresas privadas, o mesmo Governo cumpre papel essencial na liberação de crédito e isenção fiscal. A realização das obras para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro, contam, igualmente, com a necessidade de acesso ao crédito e ao empréstimo estrangeiros.

Nota-se que o intento de “solidificar um padrão de desenvolvimento capaz de reduzir as desigualdades sociais do país” baseado na consolidação do cidadão-consumidor tem levado ao aprofundamento das contradições da acumulação dependente, com possibilidades de agravamento destas contradições em virtude da realização dos megaeventos, em futuro próximo. A miséria do desenvolvimento e da cidadania no capitalismo dependente tupiniquim consiste principalmente em contribuir com o obscurecimento dos antagonismos de classe e o controle ideológico das massas – outro tema que merece atenção especial nos próximos anos.

Segue-se a esses outro desafio, o de casar a análise teórica da prática à uma intervenção organizada na própria realidade. Certamente, esta postura crítica não sairá da universidade brasileira, anestesiada que está com o "desenvolvimento" dos últimos anos. Sairá, sim, daqueles que

têm sofrido os resultados perversos da política expansionista brasileira. Refiro aos que sofrem com o transporte público a preço exorbitante, aos desalojados das áreas que darão lugar a suntuosos monumentos, e aos pobres e marginalizados que ficarão murados em suas favelas, mocambos e palafitas, para dar ao exterior a visão de um país sem pobreza.

Todos estes são componentes importantes que, mais que conclusões, abrem futuras pesquisas, práticas e questionamentos. É este objetivo, o de contribuir não apenas à crítica ao capitalismo dependente mas também à sua superação, que visou este artigo.

Referências

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de economia bancaria e crédito – 2011.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?spread>> Acesso em 20 set. 2013.

_____. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?spread>> Acesso em 20 set. 2013.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Notícia: BNDES tem lucro de R\$ 8,2 bilhões em 2012.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2013/institucional/20130225_lucro.html> Acesso em 20 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orçamento Federal - Notícias: Governo publica corte de R\$10 bi do orçamento de 2013 para pagar dívida pública.** Disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/clipping/2013/governo-anuncia-corte-de-r-10-bi-no-orcamento-o-estado-de-sao-paulo>> Acesso em 22 set. 2013

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2012-2015.** Brasília: MP, 2012. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mensagem_presidencial_ppa.pdf> Acesso em 15 set. 2013.

BORON, A. **Duro de matar.** O mito do desenvolvimento capitalista nacional na nova conjuntura política da América Latina. In. _____. **O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa Nacional Endividamento e Inadimplência do Consumidor.** (PEIC Endividamento) Rio de Janeiro, Julho 2013. Disponível em <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/peic_julho_2013_graficos.pdf> Acesso em 18 set. 2013.

DE PAULA, N. Piora do mercado de trabalho faz renda cair 0,9% em julho. In: **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 23 ago. 2013.

LUCE, M. **O Subimperialismo revisitado**: a expansão do capitalismo brasileiro e a política de integração do governo Lula da Silva na América Latina. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012 [1969].

_____. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R; STÉDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini. Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973], p. 137-180.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010 [1843].

SILVA, L. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis: Insular, 2013.